

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 29/2011**

Período: 17/09/2011 – 23/09/2011

GEDES – Brasil

- 1- Brasil reforça patrulhamento nas fronteiras do Centro-Oeste e Sul
- 2- Família afirma que ex-capitão do Exército não cometeu crime de deserção
- 3- Rousseff solicita que Lei de Acesso à Informação seja votada em caráter de urgência
- 4- Comissão da Verdade I: projeto de lei é aprovado na Câmara dos Deputados
- 5- Comissão da Verdade II: a repercussão de aprovação na Câmara dos Deputados
- 6- Comissão da Verdade III: críticas a respeito da criação da comissão
- 7- Administração do general Fraxe no Dnit é alvo de críticas
- 8- Compra de caças perde prioridade devido à crise econômica
- 9- Coluna opinativa analisa comércio bélico brasileiro
- 10- Dilma discursa contra arsenal nuclear na ONU, enquanto pretende expandir usinas nucleares no Brasil

1- Brasil reforça patrulhamento nas fronteiras do Centro-Oeste e Sul

Conforme noticiaram os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, o Brasil alocou sete mil homens, entre militares das Forças Armadas e policiais federais e rodoviários, para patrulhar os 3,5 mil quilômetros de fronteiras com Argentina, Paraguai e Uruguai. Esta ação está prevista na Operação Ágata 2, delineada pelos ministérios da Defesa e Justiça, e vinculada ao Plano Estratégico de Fronteira. O objetivo é conter crimes e coordenar as ações nas regiões limítrofes nacionais. Participam da operação, além das Forças Armadas e polícias Federal e Rodoviária, a Agência Brasileira de Inteligência, a Receita Federal e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Segundo o general Carlos Bolivar Goellner, comandante militar do Sul, já foram estabelecidos postos de controle e vigilância em toda a faixa compreendida pela operação, e por questões estratégicas ainda não há previsão de conclusão da mesma. Ademais, em notícia veiculada pelo *Estado*, no período de 12 a 20/09/11 a Operação Ágata 2 realizou a apreensão de 650 quilos de explosivos, armas de fogo e valores em dinheiro. Segundo fontes militares, o serviço de inteligência levanta possíveis problemas e as forças são deslocadas para as interceptações. (*Correio Braziliense* – Brasil – 17/09/11; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 17/09/11; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 22/09/11)

2- Família afirma que ex-capitão do Exército não cometeu crime de deserção

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, em junho de 2007 a Comissão da Anistia do Ministério da Justiça conferiu a patente de coronel a Carlos Lamarca, ex-capitão do Exército morto em 1971, e concedeu a sua esposa o benefício de receber R\$ 12,1 mil mensais e R\$ 902,7 mil de indenização. Entretanto, em outubro do referido ano, a Justiça Federal do Rio de Janeiro, em ação movida por clubes militares das Forças Armadas, ordenou a suspensão do pagamento

dos benefícios, tendo como justificativa o fato de Lamarca ter abandonado o 4º Regimento de Infantaria de Quintaúna do Exército em 1969, para lutar contra o regime militar (1964-1985). A juíza compreendeu esta ação como “crime de deserção”; no entanto, a família de Lamarca recorre para provar que o desligamento do ex-capitão foi legítimo e realizado de acordo com as premissas do Exército. Desde 2007 a decisão vigora como provisória, e prevê-se para 2011 uma sentença definitiva. (Folha de S. Paulo - Poder - 17/09/11)

3- Rouseff solicita que Lei de Acesso à Informação seja votada em caráter de urgência, mas Senado não conclui processo

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, a presidente da República, Dilma Rouseff, solicitou que a votação do projeto da Lei de Acesso à Informação ocorresse antes de sua viagem à Nova York, Estados Unidos, para participar do lançamento da “Parceria para Governo Aberto”, juntamente com outros nove países, no dia 20/09/11. De acordo com o senador Walter Pinheiro, se a aprovação não ocorresse, o Brasil seria o único país, dos nove participantes, a não possuir uma lei específica sobre o acesso a informações. Contrários ao projeto de lei que tem por objetivo tornar público documentos oficiais classificados como ultrassecretos após o prazo de 25 anos renováveis pelo mesmo período, José Sarney, presidente do Senado, e o senador Fernando Collor, presidente da Comissão de Relações Exteriores, agiram de modo a adiar a votação. Collor, dia 05/09/11, após um ano e meio do conhecimento do projeto, direcionou oito perguntas ao general José Elito Carvalho, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), sobre os documentos sigilosos do país, e Sarney despachou a solicitação dia 12/09/11. O general Carvalho protocolou o documento de resposta dia 16/09/11, o que de acordo com o senador Humberto Costa, permitiria a votação do projeto antes da realização do evento em Nova York. De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o GSI revelou que tem a posse de cerca 70 mil documentos sigilosos, entre eles os produzidos pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Eles se encontram divididos em: dois ultrassecretos, 4.116 secretos, 56.644 confidenciais e 8.344 reservados. Entretanto, depende de Sarney os trâmites do processo de votação, uma vez que o presidente do Senado possui a prerrogativa de incluir a questão na pauta do dia, dado o caráter de urgência. Até o dia 23/09/11 não havia uma resolução sobre o assunto. (Folha de S. Paulo – Poder – 23/09/11; *O Estado de S. Paulo - Nacional* - 17/09/11)

4- Comissão da Verdade I: projeto de lei é aprovado na Câmara dos Deputados

Segundo os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o projeto de lei que cria da Comissão da Verdade foi aprovado na Câmara dos Deputados no dia 21/09/11. A votação do projeto, ocorrida em caráter de urgência, envolveu calorosas discussões e teve as participações dos ministros da Justiça e da Secretaria dos Direitos Humanos, José Eduardo Cardozo e Maria do Rosário, respectivamente. O projeto que foi aprovado na Câmara estabelece que a Comissão da Verdade será formada por sete pessoas nomeadas pela presidente Dilma Rouseff, e por outros 14 servidores na estrutura administrativa. O objetivo principal da Comissão da Verdade é o “resgate da memória histórica”, abordando assuntos até então pouco

explorados como o financiamento dos governos militares, o número de torturados no país e a Operação Condor. O *Correio* informou que 23 emendas foram propostas ao projeto, mas somente duas foram aprovadas. Uma, baseada em proposta do partido Democratas (DEM), restringe a participação de pessoas que “não tenham condições de atuar com imparcialidade”, além de vetar a participação dos que exerçam cargo ou função em agremiações políticas ou no Poder Público. A outra, feita pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), garante aos militares o direito ao contraditório. Ademais, também será permitido que qualquer pessoa dê informações à comissão, sem necessidade de convocação. O projeto seguirá para votação no Senado e, se aprovado, ficará dependente somente da sanção da presidente da República, Dilma Rousseff. (*Correio Braziliense* – Política – 22/09/11; *Folha de S. Paulo* – Poder – 22/09/11; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 22/09/11)

5- Comissão da Verdade II: a repercussão de aprovação na Câmara dos Deputados

De acordo com os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o governo federal conseguiu aprovar após uma negociação tensa na Câmara dos Deputados a criação da Comissão da Verdade e espera que o Senado Federal aprove o mesmo texto sem modificações. Entretanto, o maior receio no momento, tanto do governo quanto do movimento de direitos humanos, está na hipótese do projeto ficar parado nas comissões do Senado, tal como ocorreu com a Lei de Acesso à Informação. A presidente da República, Dilma Rousseff, comemorou a aprovação do projeto e pediu para os ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, para concentrarem esforços para passar a matéria no Senado. Segundo coluna opinativa escrita por Frei Betto ao jornal *Correio Braziliense*, seis ex-ministros de Direitos Humanos –Gregori, Sabóia, Pinheiro, Nilmário, Mamede e Vannuchi– se encontraram com a ministra Maria do Rosário, no dia 13/09/11, para discutir a criação da Comissão da Verdade. Os sete endereçaram uma carta aos deputados federais em apoio à instalação da Comissão, reafirmando que o projeto de lei dará substancial contribuição para consolidar a democracia brasileira. O ministro da Defesa, Celso Amorim, também participou do encontro. Frei Betto destacou alguns pontos do projeto como o período que será alvo das investigações, 1946 a 1988, o que segundo ele desvia o foco do período militar (1964-1985). Além disso, comentou que o projeto prevê que "os dados, documentos e informações sigilosos fornecidos à Comissão Nacional da Verdade não poderão ser divulgados ou disponibilizados a terceiros, cabendo a seus membros resguardar seu sigilo", o que na visão do analista permitiria o acobertamento de agentes do regime militar que violaram direitos humanos. Ainda, de acordo com Frei Betto, a comissão deve ser integrada, em sua maioria, por representantes da sociedade civil, e dispor de orçamento próprio, garantindo sua autonomia financeira. Segundo a *Folha*, o governo federal pretende recrutar centenas de acadêmicos e pesquisadores para contribuírem com a base de dados que auxiliará os trabalhos da Comissão; para isso, o governo tem como objetivo incluir universidades, movimentos sociais e Organizações Não-Governamentais ligadas aos direitos humanos no funcionamento do órgão. O objetivo do governo é criar grupos de estudos regionais em universidades que possam apurar documentos e

depoimentos relativos ao período. De acordo com a *Folha* especula-se também que o governo pretende convidar para compor a comissão um jurista, um acadêmico, um intelectual, uma pessoa ligada a setores conservadores e outra à esquerda. (Correio Braziliense – Opinião - 23/09/11; Correio Braziliense – Política - 23/09/11, Folha de S. Paulo - Poder - 23/09/11; O Estado de S. Paulo – Nacional - 23/09/11)

6- Comissão da Verdade III: críticas a respeito da criação da comissão

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a oposição pressionou o governo para que os integrantes da Comissão da Verdade sejam dotados de imparcialidade. A escolha dos integrantes da comissão é de responsabilidade da presidente da República, Dilma Rousseff, mas a oposição alegou que os critérios previstos no projeto são demasiadamente subjetivos. O governo afirmou que não levará para a Comissão militares ou vítimas do regime militar (1964-1985), e que não deseja que as discussões se tornem partidárias. Conforme publicado pelo *Correio Braziliense*, pessoas ligadas às famílias de mortos e desaparecidos no regime militar e grupos de direitos humanos realizaram no dia 19/09/11 uma manifestação na Câmara dos Deputados reivindicando um debate mais longo sobre o tema. Segundo os manifestantes, eles não foram ouvidos por representantes do governo. No dia 20/09/11, uma comissão de artistas e intelectuais publicou uma nota favorável à aprovação do projeto de criação da Comissão da Verdade. Em coluna opinativa à *Folha*, o filósofo Vladimir Safatle criticou o atual projeto do governo, afirmando que a Comissão da Verdade foi criada “a toque de caixa, sem autonomia orçamentária, sem poder de julgar, com apenas sete membros que devem trabalhar por dois anos”. Safatle ainda criticou a presença de militares no grupo de investigação. Além disso, afirmou que no período do regime militar houve parcerias entre integrantes das Forças Armadas e o setor privado quanto o uso do aparato para torturas e assassinatos. Em outro texto opinativo, publicado no *Correio*, o coronel reformado Jarbas Passarinho procurou ampliar o horizonte do debate sobre a Comissão da Verdade, ao escrever sobre atuações criminosas do movimento guerrilheiro no regime militar e analisar que houve crimes dos dois lados. Além disso, na visão de Passarinho, os guerrilheiros buscaram derrubar a Lei de Anistia (1979) em diversas instâncias no Legislativo e Judiciário. (Correio Braziliense – Opinião – 20/09/11; Correio Braziliense – Política – 20/09/11; Folha de S. Paulo – Poder – 18/09/11; Folha de S. Paulo – Opinião – 20/09/11;)

7- Administração do general Fraxe no Dnit é alvo de críticas

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), atualmente sob a chefia do general do Exército Jorge Ernesto Pinto Fraxe, que ocupa o cargo de diretor-geral do órgão, tem sido influenciado, em sua dinâmica, pelos moldes da organização militar. Para alguns servidores, o general tem “militarizado” o departamento ao implantar vocabulários, hierarquias e estruturas de comando típicas do Exército. A indicação de militares para ocupar outros postos no Dnit teria reforçado essa ideia. Em resposta, Fraxe afirmou que pretende moderar na

delegação de tarefas a pessoas ligadas ao Exército. (Correio Braziliense – Política – 19/09/11)

8- Compra de caças perde prioridade devido à crise econômica

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, o projeto de compra de caças para a Força Aérea Brasileira (FAB) está temporariamente suspenso devido principalmente à crise econômica mundial. A informação foi divulgada em encontro da presidente da República, Dilma Roussef, com Nicolas Sarkozy, presidente francês, na cidade de Nova York no dia 21/09/11. Rousseff alegou que as restrições orçamentárias brasileiras, aliadas às incertezas em relação à crise econômica generalizada, influenciaram na decisão de adiar a concretização do Projeto FX-2. De acordo com o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, as negociações podem ser retomadas em 2012. No entanto, outros acordos de cooperação na área de defesa serão mantidos, como os que envolvem Brasil e França para a compra de helicópteros e um submarino. As negociações do Projeto FX-2 foram iniciadas no governo do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, e envolvem a concorrência dos caças Rafale, da francesa Dassault (apontados como preferidos por Lula), com os modelos Gripen, da empresa sueca Saab e Super Hornet F-18 da estadunidense Boeing. (Correio Braziliense – Política – 22/09/11; O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/09/11)

9- Coluna opinativa analisa comércio bélico brasileiro

Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, Daniel Mack, coordenador de políticas da área de controle de armas do Instituto Sou da Paz, questionou as recentes exportações de armamentos bélicos brasileiros. Mack afirmou que as pistolas da empresa Taurus encontradas na Líbia parecem evidenciar a ausência de um histórico brasileiro de extrema prudência em exportações bélicas. Segundo o artigo, sabe-se que o Brasil vendeu cerca de US\$ 10 bilhões em armamentos para a Líbia na década de 1980, além dos recentes negócios com Argélia, Egito, Tunísia, Malásia e Paquistão. Mack criticou as prerrogativas governamentais em tal assunto, baseadas na Política Nacional de Exportação de Materiais de Emprego Militar, feita durante o regime militar (1964-1985). De acordo com o autor, não se deveria vender armas sem levar em consideração a provável finalidade para que serão usadas. Contudo, Mack apontou que mudanças qualitativas poderão ocorrer devido às negociações em torno de um tratado para o comércio de armas no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), o Arms Trade Treaty (ATT), visando a criação de regras globais para a comercialização de armamentos. De maneira geral, Daniel Mack pontuou que o governo brasileiro parece dar mais valor a aspectos comerciais do que a questões envolvendo a segurança humana. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, foi encontrado ao redor da cidade de Sirte, na Líbia, pelas tropas do governo provisório, estoques de equipamento militar fabricado no Brasil. De acordo com o relatório da Liga para os Direitos Humanos havia 12 blindados Cascavel, armados com canhão de 90 mm, caixas de munição para peça de artilharia, bombas ar-terra, foguetes de 70 mm para serem disparados por aviões, propelentes e explosivos; além, de granadas, pistolas e muita munição. O Brasil exportou os veículos militares para a Líbia em agosto de

1977 e o armamento leve foi vendido em 2005 para servir à força policial da Líbia. (Folha de S. Paulo – Opinião – 22/09/11; O Estado de S. Paulo – Internacional – 23/09/11)

10- Rousseff discursa contra arsenal nuclear na ONU, enquanto pretende expandir usinas nucleares no Brasil

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a presidente da República, Dilma Rousseff, defendeu no dia 22/09/11, na reunião de Alto Nível sobre Segurança Nuclear na Organização das Nações Unidas (ONU), a destruição de todo arsenal nuclear do mundo e também a fiscalização desse conjunto químico. Rousseff afirmou "A segurança desse acervo militar nuclear merece tanta consideração quanto a dos materiais utilizados para fins pacíficos". A presidente enfatizou que o poder da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) se limita a fiscalização do uso da energia nuclear para fins pacíficos e que os arsenais bélicos nucleares escapam dos mecanismos multilaterais de inspeção. Também chamou a atenção para a relação entre a crise econômica e os projetos de conservação e manuseio do material nuclear, argumentando que o "adiamento de programas de manutenção e modernização de ogivas, perda de pessoal qualificado são fatores de alto risco." Entretanto, o discurso de Rousseff não indica que o Brasil deixou de lado o uso da energia nuclear, pois a presidente reafirmou a construção da usina de Angra III. Sobre este assunto, o governo federal encaminhou ao Congresso Nacional o Plano Plurianual (PPA) 2012 a 2015, em que estabelece a viabilidade e projeto de quatro usinas nucleares. De acordo com o jornal, o posicionamento do Brasil na AIEA vincula-se a quatro compromissos firmados de não adoção de armas nucleares, a Constituição Federal, um acordo com a Argentina e a AIEA, um tratado com países da América Latina e do Caribe e o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. (*Correio Braziliense* – Política – 23/09/11)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br
Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br
O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Alexandre Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História); Etelmar Cristina Citrângulo Morente (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Fred Maciel (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em

Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana de Freitas Montebugnoli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Missiato (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES).